



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE - IEAA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM HUMAITÁ- AM: AVANÇOS E
DESAFIOS**

HUMAITÁ-AM
2020

MARIA ELICE LOPES DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM HUMAITÁ-AM: AVANÇOS E
DESAFIOS**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM), como parte dos requisitos para obtenção da Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira,

HUMAITÁ-AM
2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva, Maria Elice Lopes da
Educação de Jovens e adultos em Humaitá-AM: avanços e desafios : jovens e adultos em Humaitá-AM: avanços e desafios / Maria Elice Lopes da Silva . 2020
47 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Ângela Maria Gonçalves de Oliveira
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. educação de jovens e adultos. 2. acesso . 3. permanência. 4. qualidade. I. Oliveira, Ângela Maria Gonçalves de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARIA ELICE LOPES DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM HUMAITÁ-AM: AVANÇOS E
DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Comissão Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia em 14/12/2020 como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em 14 dias de mês de dezembro de 2020.


BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof.ª Dr.ª. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira



Membro: Prof.ª Dr.ª. Adriana Francisca de Medeiros



Membro: Prof.ª Dr.ª. Eulina Maria Leite Nogueira

Dedico a Adonai por me proporcionar forças para seguir em frente e a minha família que foram os meus maiores incentivadores, pois sem os seus incentivos acredito que esse sonho não estaria se tornando realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Adonai, pois me deu força nos momentos em que eu dizia que seria impossível prosseguir, durante os choros tu me acalentaste, mostrando que o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã, durante o processo de escrita enfrentei momentos difíceis, mas sempre tive fé que um dia eu conseguiria terminar o meu curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Meus sinceros agradecimentos minha orientadora profa. Dra. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira pelos ensinamentos, pelas orientações, paciência, dedicação e incentivo ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Em especial o meu pai Sebastião Ferreira Lopes e minha mãe Francisca Gomes, aos meus irmãos Vanuzia Lopes, Valdirene Lopes, Raimundo Lopes, Nonato Lopes, Lucilene Lopes, Maria Antonia, Maria Aparecida, Maria do Carmo, Maria da Conceição, Jânio Lopes, Larissa Lopes e demais familiares por terem acreditado em mim e pelo os incentivos durante todo período em que estive estudando.

Os meus colegas Lecymara Neves José Edilson, Gino Vieira, Rosimeri Ackermann, Janderlane Oliveira, Adriane Silva, Camila Rocha, Daniele Soriano, Laila Carolina e Cristyane Moraes, Jusciléia, Alcimara Ramos, Ana Ramos, Valdeiza, Jucymara Azevedo, Jaqueline Martins que sempre me ajudaram ao longo desta caminhada.

Agradeço ao meu esposo Flávio Grigoletto pelas palavras de motivação, apoio e paciência para comigo durante todo esse tempo de estudo. As pessoas que acreditaram em mim que contribuíram direta e indiretamente para a realização desse sonho, meus sinceros agradecimentos a todos.

Obrigada!

Os que forem sábios, pois, resplandecerão como o fulgor do firmamento; e os que a muitos ensinam a justiça, como as estrelas sempre e eternamente. Daniel 12:3

RESUMO

A presente pesquisa para o trabalho de conclusão de curso investiga a Educação de Jovens e Adultos em Humaitá-AM, se propôs a investigar as seguintes questões: Quais os avanços e desafios no acesso, permanência e qualidade no ensino ofertado a jovens e adultos? Os objetivos desta pesquisa foram: Analisar os Avanços e Desafios no acesso, permanência e qualidade da Educação de Jovens e adultos em Humaitá-AM. Além de: Entender o contexto histórico e as políticas de EJA no Brasil; Compreender os conceitos de acesso, permanência e qualidade da EJA em Humaitá-AM; Verificar os dados de acesso e qualidade da EJA em Humaitá-AM. Através da abordagem metodológica quanti-qualitativa, foi utilizada nos procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, na qual foi feitas análises de dados estatísticos do sitio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- Inep em sinopses estatísticas. O recorte temporal dessa pesquisa se delimita nos anos 2017, 2018 e 2019. Os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental demonstram que na EJA ainda existe muitos desafios a serem enfrentados, combatidos com urgência para se obter soluções e assim garantir aos jovens e adultos o acesso ao ensino e buscar meios para que esse aluno venha permanecer na mesma, tendo a qualidade, comprometida e sempre respeitando os indivíduos que se encontram dentro da sala de aula. Essa é uma modalidade de ensino ainda com uma abordagem pouco eficaz e que enfrenta diversas dificuldades desde a sua implementação. Isso demonstra que existem falhas no currículo, na contratação dos profissionais e nas metodologias pedagógicas.

PALAVRA – CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, acesso e permanência, qualidade.

ABSTRACT

The present research for the course conclusion work investigates the Education of Youth and Adults in Humaitá-AM, proposed to investigate the following questions: What are the advances and challenges in access, permanence and quality in the education offered to youth and adults? The objectives of this research were: To analyze the Advances and Challenges in the access, permanence and quality of Education of Youth and adults in Humaitá-AM. In addition to: Understanding the historical context and policies of EJA in Brazil; Understand the concepts of access, permanence and quality of EJA in Humaitá-AM; Check the access and quality data of EJA in Humaitá-AM. Through the quantitative and qualitative methodological approach, bibliographic research and documentary research were used in the methodological procedures, in which statistical data were analyzed from the website of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira-Inep in statistical synopses. The time frame of this research is delimited in the years 2017, 2018 and 2019. The data obtained from the bibliographic and documentary research demonstrate that in EJA there are still many challenges to be faced, combated urgently to obtain solutions and thus guarantee the youth and adults access to education and seek ways for this student to remain in it, with quality, compromised and always respecting the individuals who are within the classroom. This is a teaching modality still with an ineffective approach and which faces several difficulties since its implementation. This demonstrates that there are gaps in the curriculum, in hiring professionals and in pedagogical methodologies.

KEYWORDS: Youth and Adult Education, access and permanence, quality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por etapa de ensino e dependência administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019.....	33
Gráfico 2 - Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Localização e Dependência Administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019	35
Gráfico 3 - Número de Estabelecimentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019.....	37
Gráfico 4- Número de Turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Humaitá-AM 2017-2019.	38
Gráfico 5- Número de Docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019.....	40
Gráfico 6- Número de Docentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica – Humaitá-AM 2017-2019.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Centros Populares de Cultura
CPCTAL	Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler
EDUCAR	Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento brasileiro de alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização
PAR	Plano de Ações Articuladas
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEI	Programa de Educação Integrada
PNAA	Programa Nacional de Alfabetização de Adultos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PROEJA	Nacional de Integração da Educação Profissional
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONERA	O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO HISTÓRICO.....	17
1.1 Histórias da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	17
2. ACESSO E PERMANÊNCIA E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	26
2.1 Acesso à Educação de Jovens eAdultos	26
2.2. Qualidade da Educação de Jovens e Adultos- EJA	29
3 EJA EM HUMAITÁ: O QUE NOS MOSTRAM OS DADOS	32
3.1 Acesso e permanência da Educação de Jovens eAdultos	32
3.2 A Qualidade na Educação de Jovens e Adultos em Humaitá.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a temática Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu através da minha experiência enquanto filha e irmã de pessoas que não tiveram como dá continuidade aos estudos pois devido a dificuldade de acesso, questão socioeconômica e a gravidez na adolescência foram um dos fatores que influenciaram esta não continuidade a educação básica. Diante disso esta modalidade de ensino me chamou atenção para saber os avanços e desafios que a educação de jovens e adultos obteve durante esses anos, pois educação de jovens e adultos - EJA tem como objetivo principal proporcionar educação formal aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade adequada. De acordo com Nascimento (2013, p. 12) Educação de Jovens e Adultos- EJA pode ser entendida como:

É uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria dando oportunidade para jovens e adultos iniciar e /ou dar continuidade aos seus estudos, é, portanto, uma modalidade de ensino que visa garantir um direito aqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los.

A EJA visa oferecer o ensino fundamental e médio, com qualidade, para as pessoas que na idade escolar não tiveram oportunidade para ingressar no ensino regular. Contudo, essa modalidade de ensino enfrenta muitos desafios a exemplo da evasão e da qualidade.

A evasão na educação de jovens e adultos é um fenômeno que sempre ocorreu no Brasil aumentando com isso, o índice de analfabetos funcionais. Cabral (2016) afirma que:

O convívio familiar conflituoso, a má qualidade do ensino, entre outros fatores, são todos considerados partes integrantes e comuns da evasão escolar. É válido dizer que a evasão está relacionada não apenas à escola, mas também à família, às políticas de governo e ao próprio aluno que, pela situação econômica que vive não tem vontade ou não vê a necessidade da continuidade de aperfeiçoamento para futuramente ter uma profissão ou que pelo menos tenha concluído o ensino (CABRAL. 2016, p.4).

Azevedo (2011), afirma que o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

A evasão na educação de jovens e adultos - EJA tem várias facetas, e esses problemas são recorrentes de situações de familiares, gravidez inesperada enquanto está na escola e

ainda devido à falta de políticas públicas específicas para atender essa população, a exemplo de escolas em lugares de difícil acesso. Outro fator relevante que contribui para a evasão na EJA é a questão da qualidade do ensino oferecido a essa modalidade.

O termo qualidade na educação ainda é uma temática muito complexa de se entender tendo em vista seu conceito polissêmico. Neste sentido Gadotti (2013, p.2) explicar um possível conceito do que seja qualidade,

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela.

Desta forma ainda segundo o autor explicar que devido a esses vários conceitos, falar sobre a qualidade ainda é um assunto muito de difícil de ser entendido.

A partir do exposto, esta pesquisa procurou responder a seguinte questão de pesquisa: quais os avanços e desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos – EJA no município de Humaitá-AM? Para responder este problema, estabelecemos o seguinte objetivo geral: Analisar os avanços e os desafios no acesso, permanência e qualidade de ensino ofertada aos jovens e adultos-EJA. Os objetivos específicos foram: entender o contexto histórico e as políticas de EJA no Brasil; compreender os conceitos de acesso, permanência e qualidade e verificar dados de acesso e qualidade da EJA em Humaitá-AM. Para proceder o trabalho abordamos a pesquisa bibliográfica, pois com base na investigação obtivemos embasamentos para a sustentação da pesquisa.

Para Ruiz (2006, p. 58):

As produções humanas foram comemoradas e estão guardadas em livros, artigos e documentos. Bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes às correntes de pensamento diversas entre si, ao longo da evolução da Humanidade. E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa.

Neste sentido a pesquisa bibliográfica nos ajudou a investigar as informações e dados delimitados para aprofundamentos do tema estabelecido, nos proporcionando conhecimentos e reflexões de um contexto histórico relacionado ao assunto. Com a ajuda de artigos, sites, teses e livros conseguimos obter auxílio necessário para o aprofundarmos melhor o estudo sobre o tema desejado, Educação de Jovens e Adultos em Humaitá-AM.

No trabalho também foi utilizada a pesquisa documental pois através da pesquisa documental conseguimos obter dados importantes para o trabalho.[...] a pesquisa documental vale-se de toda sorte d documentos, elaborados com finalidades diversas tais como assentamento, autorização, comunicação etc.(GIL, 2010, p.29).Desta forma, foi utilizados como instrumentos de coletas de dados analisar os avanços e os desafios no acesso, permanência e qualidade de ensino ofertado aos jovens e adultos -EJA em Humaitá e, tendo em vista o período de isolamento social imposto pela Covid-19, mudamos a metodologia da pesquisa, e analisamos os dados de acesso, permanência e qualidade, nos anos de 2017, 2018 e 2019 os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em sinopses estatísticas da educação básica¹.

Na análise de dados foi utilizada a abordagem quanti qualitativa, pois o trabalho envolverá dados numéricos e a compreensão do fenômeno. De acordo com Minayo (2010, p.22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, a realidade abrangia por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Sendo assim, todos os dados, sejam eles numéricos ou compreensão do fenômeno a ser estudado, são metodologias que darão muito sentido a pesquisa.

Utilizamos diversos estudiosos da área, tais como: Giraldelli (2008), Strelhow (2010), Freire (2004), Marques (2018), Bastos (2005), Nascimento (2013), entre outros.

Os dados da análise de acesso foram: Número de matrículas, instituições escolares e turmas de EJA no município de Humaitá. Para a qualidade selecionamos como indicador a profissão docente, por entender que é uma das dimensões para análise da qualidade. Nessa dimensão fizemos a análise do número de docentes por ente federado e também quanto o nível de escolaridade.

Esta pesquisa está organizada em três tópicos: No primeiro tratamos sobre a História da Educação de Jovens, trazendo o percurso que essa modalidade sofreu deste do seu início, as alterações no currículo, os direitos que foram conquistados ao longo das décadas. No segundo capítulo, procuramos entender o processo de acesso, permanência e qualidade na educação de jovens e adultos. No terceiro ponto apresentamos os dados em forma de gráfico para melhor compreender dos mesmos, analisados à luz dos teóricos estudados.

Considerando os dados sobre os avanços e desafios no acesso, permanência e qualidade do ensino oferecido na EJA, este trabalho se propôs a fazer uma análise sobre este assunto, ou seja, foram analisados questões recorrentes no ensino, como os desafios que a

¹ Dados retirados do site:<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

escola e os discentes enfrentam para prosseguir no processo de ensino-aprendizagem com ênfase na formas de acesso e permanência oferecidos a estes jovens e adultos a qual existe a fragilidade ao sistema de ensino que influência muito em sala de aula, e ainda o desafio de oferecer uma educação de qualidade na EJA.

1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO HISTÓRICO

Neste capítulo abordaremos a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil dando ênfase às políticas públicas e programas educacionais para atender jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa.

1.1 Histórias da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil deu início no período colonial (1530 – 1822) quando houve as primeiras ações tomadas pelos padres jesuítas em alfabetizar adultos e crianças para fins religiosos. Com a expulsão dos padres jesuítas dos territórios brasileiros, pelo Marquês de Pombal, a educação que já não tinha fins propriamente educacionais, mais sim no ponto de vista econômico, político e cultural ficou relegada e ignorada durante muitos anos. (GHIRALDELLI JR., 2008).

Após a saída dos padres jesuítas, o império (1822 a 1889) ficou com a responsabilidade organizar, empregar e efetivar a educação. De acordo com Strelhow, (2010, p.51):

A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas.

Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma circunstância peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes.

A constituição Imperial de 1824 buscou dar um sentido mais amplo para a educação e com isso garantindo o ensino primário a todos os cidadãos conforme determinado pelo art.179, inciso XXXII “A Instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”. (BRASIL, 1824). Contudo essa lei foi mais uma que ficou somente no papel e os direitos à educação não foi materializado.

Com o Ato Constitucional de 1834, como diz o artigo 10º, parágrafo 2º “a educação ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária” de todas as pessoas, porém foi designada especificamente para os jovens e os adultos. (BRASIL, 1824).

No ano de 1879, com a “Reforma Leôncio de Carvalho ao qual caracterizava o analfabeto como pessoas dependentes e incompetentes” (STRELHOW, 2010, p.51). Em seguida em 1881, a Lei Saraiva Decreto nº 3.029, de nove (9) de janeiro de 1881, proibiu o

voto de analfabetos, apoia a ideia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo assim o voto às pessoas alfabetizadas.

As pessoas não alfabetizadas sofrem ainda muito preconceito por grande parte das pessoas da elite dominante. Strelhow (2010) , comenta que Rui Barbosa postulou que os analfabetos são vista como crianças, ou seja, são comparados como pessoas que não tem competência de tomar suas próprias decisões, incapaz de ajuda de se ajudar e ajudar a sociedade em que vivem.

No início de 1915 aconteceu uma mobilização contra o analfabetismo em decorrência da grande demanda de cidadãos não- alfabetizados foi criada á:

Liga Brasileira contra o Analfabetismo que pretendia lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas. Na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões giravam em torno de uma luta contra esta calamidade pública que tinha se instalado. O analfabetismo era considerado uma praga que deveria ser exterminada. No âmago destas discussões estava presente a idéia de que as pessoas que não eram alfabetizadas deveriam procurar se alfabetizar. Era necessário tornar a pessoa analfabeta um ser produtivo que contribuísse para o desenvolvimento do país. (STRELHOW, 2010, p.52).

É algo vergonhoso de ouvir pessoas dizerem que os analfabetos não era visto como cidadãos produtivos, por ser leigo era culpado pelo não desenvolvimento do país. Desta forma com Liga Brasileira essas pessoas ganhariam uma oportunidade e o direito de pertencer a uma sociedade e com isso de produzir algo para si e para o país em que vive.

Em 1945, com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a educação de jovens e adultos tornou-se oficial, conforme determinado pelo art. 4, inciso II “A importância correspondente a 25% do auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos do plano de ensino supletivo que for aprovado pelo Ministro de Estado” (BRASIL, 1945). Desta forma novos projetos e campanhas foram lançados com a finalidade de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso e os que não tiveram como dá continuidade à educação em período regular.

É muito relevante citar mais alguns dos projetos como: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA criada em 1947; Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL criada em 1960;o Movimento de Educação de Base – MEB criada em 1961, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em conjunto com o Governo Federal; no ano de 1963 os Centros Populares de Cultura – CPC. Diante disso podemos afirmar que esses programas foram de fundamental importancia para o incentivo a cultura, mostrando a realidade e ajudando os individuos analfabetos.

Segundo Marques (2018) Durante o governo do presidente Jango², Paulo Freire³ foi encarregado de organizar e desenvolver o plano de educação de adultos, valorizando a cultura do povo. Desta forma Marques (2018) cita (EUGÊNIO 2004, p. 42-43)

Na década de 1960, Freire é encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). O convite foi feito pelo Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos. "Aprovado pelo Decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos orientados pela proposta de Freire previa a instalação de 20 mil círculos de cultura, que alfabetizaria 2 (dois) milhões de pessoas".

No entanto em virtude do golpe militar de 1964 as propostas de Paulo Freire em disseminar a alfabetização de jovens e adultos teve que ser interrompido, os mesmos foram extremamente reprimidos e foram exilados do Brasil. Em 1967, ou seja, 3 anos mais tarde o governo obtém o controle do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA).

Outra política para a erradicação do analfabetismo foi o Movimento brasileiro de alfabetização (Mobral) foi criado no ano de 1967 pelo governo federal que teve como principal objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil em até dez anos. O Mobral visava a alfabetização funcional de jovens e adultos com o propósito de direcionar a pessoa humana adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, proporcionando a si mesmo melhores condições vida. Conforme Marques e Rubio (2012, p.3) afirma que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL),foi

Um projeto que tinha como objetivo acabar com o analfabetismo existente no Brasil em apenas oito anos. O MOBRAL era constituído como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação e contava com um volume significativo de recursos. No MOBRAL era proposta a alfabetização através de palavras chaves retirada do cotidiano dos alunos, de suas experiências de vida. O Mobral expandiu-se em todo o território nacional, onde sua atuação era diversificada e é a partir destas iniciativas que foi criado o Programa de Educação Integrada (PEI). (MARQUES e RUBIO. 2012, p.3)

O Mobral teve os seus bons anos pois se expandiu por vários territórios nacionais, devido a sua diversificação nas atuações. No entanto vale ressaltar que na verdade o mobral foi um dos programas de alfabetização mais famoso e caro, sendo o valor um

² João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango, nasceu 1 de março de 1919 em São Borja no Rio Grande Do Sul e faleceu em 6 de dezembro de 1976 em Mercedes foi o 24º presidente do Brasil de 1961 a 1964.

³ Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em 19 de setembro de 1921 em Recife-Pernambuco e faleceu em 2 de maio de 1997 em São Paulo. Foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira (FREIRE, 2018).

programa com valor estimado de (25 milhões de dólares) mantido com 1% do imposto de renda cobrados de empresas e 24% da renda líquida da Loteria Esportiva. Contudo o Movimento Brasileiro de alfabetização que tinha como objetivo de erradicar o analfabetismo no prazo de 10 anos, acabou fracassando.

Desta forma (MOTA, 2009, p.15) explica que,

O trabalho pedagógico no MOBREAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem.

Contudo, o programa não obteve o resultado esperado e acabou sendo extinto em 1985, o movimento deu início em suas atividades com o propósito de dedicar-se à alfabetização de adultos, porém tornou-se algo fora do controle devido a sua expansão no país. O objetivo previsto inicialmente na criação do Mobral não foram possíveis alcançá-los.

Devido a sua ineficiência o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi desacreditado e extinto de acordo com o Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985. (BRASIL, 1985) que determinou o fim do programa.

Em 1985 foi criada a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Educar) para substituir o Mobral, o objetivo prioritário inicial do Educar era de executar programas de alfabetização e de educação básica designados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. De acordo com o Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, conforme determinado pelo art. 1º e 2º:

Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, instituída pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente.

Art. 2º. Para a consecução do objetivo previsto no artigo 1º deste Decreto, deverá a Fundação EDUCAR:

- I - promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica;
- II - formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas;
- III - incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais;
- IV - estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas. (BRASIL, 1985).

Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – (Fundação Educar) dependia de convênios entre as secretarias estaduais e secretarias municipais e algumas empresas privadas e de voluntários que ajudavam financeiramente esse programa, mas devido aos problemas em colocar esses objetivos em prática e alcançá-los, esse programa não teve como ser levado a diante e com isso foi mais um programa a ser extinto devido a sua ineficiência. Desta forma em 15 de março de 1990, foi decidida pelo novo governo a extinção da Fundação Educar, nos termos da Lei nº 8.209, de 12 de abril de 1990, conforme o determinado pelo art.1 “ É o Poder Executivo autorizado a extinguir ou a transformar as seguintes entidades da Administração Pública Federal”. (BRASIL, 1990) não havendo outro programa para substituí-lo.

Ainda no primeiro semestre da década de 1990, é imprevedível ressaltar o Movimento de Alfabetização (Mova) criado por Paulo Freire, cujo o objetivo era reduzir o número de analfabetos, e buscava trabalhar a alfabetização inicialmente pelo contexto sócio - econômico dos sujeitos alfabetizando, desta forma tornando-os co-participantes do seu método de aprendizagem.

Para ele a educação precisava ser um instrumento de conscientização do educando, especialmente aquele desfavorecido socioeconomicamente, de modo que a educação o libertasse de uma condição de “oprimido”. O pensador combateu com veemência as “escolas burguesas” e a chamada “educação bancária”, caracterizada pela recepção automática de conhecimentos em detrimento do pensar criticamente. (ARRUDA,2018,p.22).

Para Freire os alunos precisavam se libertar, deixar de ser oprimido, na qual que a educação se tornaria um instrumento de conscientização aos alunos, ao qual jovens e adultos deixariam de ser oprimidos pela sociedade, professores e gestores autoritários que apenas os tornaria alfabetos funcionais, para que não viessem a ser indivíduos que lutem pelos seus direitos,ou seja,os alunos ao serem libertados da educação bancária se tornariam sujeitos críticos, que saiba dialogar, debater sem se impor nada, ou seja, indivíduos pacíveis.

Sabemos que em muitos casos os jovens e adultos dentro da sala de aula são ensinados assinar seus nomes, se tornando um alfabeto funcional, não os desenvolvem para ser um cidadão crítico, um indivíduo conhecedor dos seus direitos e deveres para que possa em determinados momentos lutar por aquilo que tem direito.

Contudo, a metodologia de Paulo Freire foi importante para educação de jovens e adultos, pois oferecia uma educação que disponha de uma metodologia inovadora, pois desta forma os alunos poderiam aprender com êxito.Nesse sentido Arruda (2018,p.23) afirma que,

Foi o novo modo de pensar de Freire que tornou um símbolo para educação de adultos por meio de uma metodologia inovadora e própria de trabalho, que considerava, de modo pioneiro, as peculiaridades dessa Educação em relação aos educandos, ponderando que a educação era um ato político e, através dela, o indivíduo poderia tanto ser submisso, quanto liberto. Tudo dependia de como ela era direcionada. A concepção dialógica de educação proposta por Freire, percebia o estudante não apenas como um receptor de conhecimentos.

Por meio da metodologia de Paulo Freire que foram utilizadas na educação de jovens e adultos, os alunos passaram a ser indivíduos que poderiam obedecer seus professores e poder participar da aula, na qual os alunos puderam aprender e ensinar nas aulas que os professores planejaram. Sendo assim, a partir deste método de Paulo Freire os alunos jovens e adultos passaram a ser vistos como pessoas que recebem conhecimento e não mais como um receptor de conhecimentos, um alfabeto funcional.

Apenas em 1996, surge outra vez um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo federal. No entanto, com o “Programa Alfabetização Solidária parecia que estava havendo um retrocesso no que se diz respeito às campanhas de outras décadas”. (STRELHOW, 2010, p.55). Diante disso houve algumas críticas ao plano, pois, conforme afirma Strelhow (2010) citando (Stephanou; Bastos, 2005, p. 272).

Além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha ‘Adote um Analfabeto’, o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista.

A partir de 1998 surge, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o objetivo de atender às populações localizadas nas áreas de assentamento, ao qual este programa estava ligado essencialmente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (Incra) as universidades e movimentos sociais. Conforme o art. 12. Os objetivos do PRONERA são:

- I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;
- II melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA;
- III proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (BRASIL, 1996)

O Governo Federal lançou em 2003 o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com o objetivo de promover a erradicação do analfabetismo (MEC, 2018), que no início tinha característica de mais uma campanha, com destaque ao trabalho voluntário, com o intuito de

promover e erradicar o analfabetismo em até quatro anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. Todavia 1 ano depois da criação do PBA, já com as alterações feitas no currículo do programa pelo Ministro da Educação, o mesmo foi reorganizado, tirando-lhe a meta estabelecida e a duração dos projetos de alfabetização foi estendida em 2 meses, de 4 meses para 8 meses, permitindo que os alunos participantes tivessem mais dias letivos para adquirir conhecimento em leitura, cálculos e escrita.

De tal modo, chegamos ao século XXI com taxas elevadas indivíduos que não possuem domínio a respeito da leitura, a escrita e as operações matemáticas de forma básicas,tendo:Strelhow (2010) cita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p.273).

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a freqüentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo freqüentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p.273).

A Constituição Federal de 1988 corrobora com a educação de jovens e adultos a qual foi incluída como direito notório subjetivo⁴ e sua oferta se daria de caráter gratuito e obrigatório na maneira do ensino supletivo e os direitos subjetivos conforme o art. 208 da Constituição Federal o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
 - II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
 - III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
 - V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
 § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
 § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola. (BRASIL, 1988)

⁴ Direito subjetivo se refere aos direitos que são efetivamente, ou seja, garantidos na forma concreta ao indivíduo pela lei.

Sobretudo com ajuda dos Movimentos sociais, de diversos países, que passaram a lutar pela ampliação dos direitos da EJA e inúmeras conferências internacionais foram realizadas e suas decisões assinadas por vários representantes legais dos países.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96, se passa a contemplar as várias modalidades de educação de jovens e adultos e um melhor ajuste as novas exigências sociais, conforme determinado pelo art.37 e art.38,

Art.37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida
Art.38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996)

Essa modalidade de ensino é que garante alguns alunos a continuarem frequentando uma instituição de ensino, segundo o art. 37 e 38 da LDB garantindo a educação de jovens e adultos para aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade própria, ou que queiram dar continuidade nos estudos.

É importante também falar sobre outros programas criados para atender a educação de Jovens e Adulto como o Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 (BRASIL, 2005) e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma determinação governamental de atender à grande demanda de jovens e adultos pela acessão da educação profissional, com isso as pessoas teriam o nível técnico em médio.

Através do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, (BRASIL, 2006) foi possível ampliar em termos de abrangência, assim aprofundar-se nos princípios pedagógicos, por causa disso passou a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional junto com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O Projovem foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo federal em 2005, compreendendo:

O desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes: jovens de 18 a 24 anos, que haviam terminado a quarta série mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e não tinham vínculos formais de trabalho. O Programa caracterizou-se como emergencial, atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e experimental, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem que permitem articular o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária; (BRASIL, 2016)

O ProJovem tem como objetivo proporcionar a formação integral aos jovens e adultos, bem como a reinserção desse jovens no processo de escolarização, formação do ensino básico, qualificação profissional e participação dos jovens em ações coletivas de interesse público.

A educação formal é capaz transformar indivíduos críticos e capazes fazer que os mesmos construam sua própria identidade, buscando melhorias para ele mesmo e para os demais familiares, utilizando da educação como o único meio para construção dessa identidade. Desta forma todos os seres humanos são capazes de aprender.

2. ACESSO E PERMANÊNCIA E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este capítulo tem como objetivo dissertar sobre a questão do acesso e qualidade da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a Constituição Federal no art. 205, garantia a educação como direito de todos e dever do Estado. Determina ainda no art. 208 que a educação básica é um direito obrigatório e gratuita, inclusive para quem não teve acesso na idade própria. Assegura também como um direito público subjetivo. Oliveira (2019, p. 69) afirma que o “O direito público subjetivo é a capacidade reconhecida de um indivíduo ser identificado como membro de uma comunidade e, como tal, cabe ao Estado, dotá-lo com todos os direitos que lhe são intrínsecos”. Com isso, a educação pública em todas suas modalidades, deve ser garantida a todo cidadão brasileiro.

A Constituição determinou ainda no art. 206 os princípios da educação com destaque para: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; VII – garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). A LDB 9394 ratificou esses direitos e princípios constitucionais, determinando a igualdade de acesso à educação a todos os brasileiros com a mesma qualidade.

2.1 Acesso à Educação de Jovens e Adultos

A constituição brasileira de 1988, no art. 205, garante a todo cidadão o direito a educação, para seu desenvolvimento subjetivo, preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho. Contudo esses direitos pertencentes aos cidadãos não são respeitados, mas sim apenas pensados, pois no Brasil há uma grande soma de pessoas não alfabetizada e/ou analfabeto funcionais (assinar o próprio nome e algumas letras). Diante disso podemos ressaltar que o acesso à instituição de ensino e a efetivação de matrículas desses alunos nem sempre pode indicar a sua permanência na instituição de ensino. Quais seriam os motivos que estão determinando ou influenciando o elevado número de alunos a abandonar a escola? De acordo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

O abandono do estudo começa a ficar mais evidente na medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho: no grupo de 15 a 17 anos 21,8% dos jovens o fazem. No grupo de 18 a 24 anos essa porcentagem se reduz para 16,2%. Observa-se também que na medida em que a renda aumenta, maiores são as chances de o jovem conseguir estudar e trabalhar ao mesmo tempo: no grupo de 18 a 24 anos pertencentes a famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo, apenas cerca de 10% estudam e

trabalham; essa porcentagem alcança cerca de 29% no grupo com renda domiciliar per capita de 2 a 5 salários mínimos e 30% no grupo com renda domiciliar per capita igual ou acima de 5 salários mínimos. (PNAD, 2007, p.12)

Alguns fatores externos relacionados à instituição escolar de ensino, que por sua vez podem ser os causadores da baixa frequência de alunos na educação de jovens e adultos. É importante ressaltar que uma delas é a incompatibilidade dos horários, as questões de deslocamentos e o não acesso ao meio de transporte implica na evasão escolar, pois indivíduos que frequentam a EJA, em sua maioria, são pessoas trabalhadoras, pais e mães, que já no passado tiveram o seu direito ao ensino negado e quando retornam para o ambiente escolar em busca de ensino, melhorias em sua vida como educando, os mesmos encontram inúmeras dificuldades para permanecer na escola.

A evasão na educação de jovens e adultos é um fenômeno que acontece no Brasil, os estudantes da EJA permanecem na escola por algum tempo e depois abandonam. Muitos desistem de estudar por motivos familiares ou tem que trabalhar para se sustentar.

Ireland (2009) diz que há diversos fatores que interferem no processo de evasão escolar, a família pode está sendo os incentivadores dessa não continuidade ao ensino, o aluno se ver na obrigação de trabalhar e ajudar os seus pais e irmãos financeiramente. Não podemos descartar a questão da qualidade de ensino disponibilizados para os estudantes da EJA, pois os mesmo estão à procura de concluir a educação formal.

Contudo os professores da sala regular em relação a evasão por motivo de trabalho podem ajudar esses alunos a permanecerem na escola, orientando os mesmos que não é necessário sair da escola, conciliando o trabalho com a escola.

Segundo Azevedo (2011), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico ou até mesmo desafios colocados pelos professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

Porém a desistência causada por problemas familiares fica um pouco complicada, mas se podem orientar os estudantes que assim que passar a dificuldade que os mesmos retornem a estudar e assim concluir

Campos e Oliveira (2003) afirma que a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou pode se tornar permanente devido os problemas que pode aparecer nesse período. Devido as razões de ordem social e especificamente questões econômicas concorrem para a “evasão” escolar dentro da

Educação de Jovens e Adultos, perparssando assim o ambiente escolar.

A evasão escolar muitas vezes é tratada pelos órgãos governamentais como sendo de responsabilidade do próprio aluno, atribuindo a eles a culpa por suas dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar. Fala-se de fracasso do aluno, não do fracasso da escola. Nesse sentido, quando o estado responsabiliza o educando pelo seu fracasso, considerando somente as questões individuais, esquece que estas são provocadas por fatores de ordem socioeconômica, que deixam ainda mais evidentes as desigualdades. (TEODORA; RIBAS, 2012.p.6)

As dificuldades de acesso e permanência na Educação de Jovens e Adultos se repetem veementemente, seja por falta de oportunidades ou por questões originárias da própria escola, sendo o currículo uma delas.

Os professores no processo de ensino e aprendizagem devem trabalhar com conteúdos e metodologias que despertem o interesse desses alunos, levando-os a perceber e entender tomando como ponto de partida o contexto cultural da comunidade desse educando.

Nesse sentido, Freire propõe:

[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (FREIRE, 1997, p. 30).

As metodologias dos professores da EJA devem ser construídas de acordo com a realidade dos alunos, desta forma ganhando a confiança e o interesse dos educandos pela escola. Os docentes desempenham um papel muito importante na vida de seu aluno, melhorando suas metodologia ajuda o individuo perceber, entender e usar os seus direito e deveres como um todo.

As políticas públicas ao longo do tempo abordam a modalidade EJA de modo isolada, diversos programas são desenvolvidos para esta modalidade de ensino, mas sempre de caráter exato (sem atrasos, no tempo certo) e não como um processo que se deve ser pensada, observada e principalmente vivenciada pelos os alunos. Desta forma diz Arroyo (2005, p. 48-49):

Os jovens e adultos da EJA são uma denúncia clara da distância intransponível entre as formas de vida a que é condicionada a infância, adolescência e juventude populares e a teimosa rigidez e seletividade de nosso sistema escolar. Olhar-se no espelho das trajetórias dos jovens e adultos que volta à EJA talvez seria uma forma do sistema reconhecer a distância intransponível. Não foi a EJA que se distanciou da seriedade do sistema escolar, foi este que se distanciou das condições reais de vida dos setores populares. A educação de jovens e adultos avançará na sua configuração como campo público de direitos na medida em que o sistema escolar também

avançar na sua configuração como campo público de direitos para os setores populares em suas formas concretas de vida e sobrevivência.

É de fundamental importância que o órgão público responsável não ofereça a esses alunos trabalhadores, que foram marcados pela exclusão, apenas o acesso à educação, mas sim meios que assegure a sua permanência na escola, tendo em vista as especificidades dos alunos.

2.2. Qualidade da Educação de Jovens e Adultos- EJA

As definições sobre qualidade no ensino ainda é algo complicado de dizer claramente, ainda mais sobre qualidade especificamente na modalidade ensino de Educação de Jovens e Adultos, é importante pontuar e frisar alguns pontos que nós ajude a entender sobre o que venha ser o termo qualidade e as discussões sobre essa temática: a participação da sociedade na escola, a democratização do ensino, o significado padrão de qualidade, a qualidade social entre outros.

A esse respeito, Gadotti (2010, p.09) destacar que:

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural.[...] Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, os seus desejos, seus sonhos, a vontade de ser mais.

Desta forma faz-se necessário valorizar os saberes que ao decorrer das suas vidas esses jovens e esses adultos já construíram, levando em consideração a especificidade desses alunos, promovendo a inclusão social desses sujeitos, educação não deve ser entendida pelo professor a que se recebe em sala de aula e sim a educação como um todo ou seja a educação informal que recebemos de nossos pais, comunidade entre outros.

A Constituição Federal no art. 4º e a LDB 9394/96 definiu os princípios da educação públicas com destaque aqui para o inciso IX “ padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. A qualidade no ensino ser posta em ação, mas devido o mal uso dos recursos públicos a educação para essas pessoas ficam em segundo plano e apenas na constituição a educação de qualidade para todos.

Conforme o Parecer CNE/CEB n. 11/2000 o termo qualidade se apresenta como,

[...] a restauração do direito negado a jovens e adultos, a busca por uma escola de qualidade, a qualidade de vida de jovens e adultos como fator preponderante quando se trata das características do público desta modalidade. E acrescenta a necessidade de um planejamento específico para a modalidade que precisa contar com profissionais preparados para atuar na modalidade EJA, regimentos e projetos

políticos pedagógicos que dêem conta das especificidades da modalidade. (BRASIL, 2000).

Diante de tantos preconceitos já sofridos a Educação de Jovens e Adultos, essa modalidade de ensino como qualquer outro segmento de ensino almejar a educação, então ainda é necessário fazer melhorias para receber esses alunos trabalhadores e alunos (a) pais. No ano de 2007, o governo criou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que foi lançado em conjunto com os planos e metas compromisso todos pela educação, estabelecido pelo Decreto Lei nº 6.094. De 24 de abril de 2007. O foco PDE era direcionado principalmente para educação básica, dando importância para a formação, garantia de acesso e a valorização dos profissionais da educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação de acordo com os Programas e Planos de ações contidas em Leis, como nos Decretos, Portarias Interministeriais e Articuladas consolidadas em todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sendo assim o PDE propõe (1) sobre a avaliação; (2) o papel da União; (3) o papel da avaliação, do financiamento e da gestão e, para concluir, (4) sobre a qualidade:

[...] O PDE partiu do diagnóstico de que a “indústria da aprovação automática” é tão perniciosa quanto a “indústria da repetência”. Dessa preocupação nasceu a ideia de combinar os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) num único indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). (...) Os dados divulgados deixam claro que o problema da qualidade só será resolvido se também for enfrentado o problema da equidade. (...) Cabe à União exercer “em matéria educacional, função redistributiva e supletiva de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios”, (...) inaugurar um novo regime de colaboração. Um compromisso fundado em diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, voltadas para a melhoria da qualidade da educação (...) Avaliação, financiamento e gestão se articulam de maneira inovadora e criam uma cadeia de responsabilização pela qualidade do ensino que abrange tanto os gestores, do diretor ou da diretora da escola ao Ministro da Educação, quanto a classe política, do prefeito ao Presidente da República. (...) Qualidade, equidade e potencialidade são seus propósitos. Qualidade entendida como enriquecimento do processo educacional, participação dos sujeitos e valorização das diferenças, de modo que as oportunidades educacionais se constituam em formas reais de reconhecimento e desenvolvimento das potencialidades, conhecimentos e competências. A melhoria da qualidade da educação e a redução de desigualdades relativas as oportunidades educacionais – em outras palavras, o direito de aprender- são suas razões constitutivas. (...) Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade (BRASIL, 2007, p.21-41).

A qualidade de ensino deve ser percebida como uma obrigação dos governos, sob o amparo do regime de colaboração, conforme o art. 211, “A união, os Estados, os Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” de maneira a favorecer a imparcialidade e o desenvolvimento das instituições. Dessa forma, o

PDE, no que se diz a respeito à modalidade EJA, garante o direito de aprender com equidade, mas sem está vinculado ao diagnóstico da escola nas suas avaliações, (Exemplo: Província Brasil).

A Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010

Toma como referência a garantia de qualidade, considerando a ideia de um padrão mínimo de qualidade, trazendo variáveis importantes: a garantia de acesso com permanência na escola; a redução da evasão; a redução da retenção; a redução da distorção idade/série na escola regular; a centralidade no estudante com ênfase na sua aprendizagem; o foco no projeto político- pedagógico, no regimento escolar, na preparação dos profissionais da educação, na integração dos profissionais da educação com os estudantes; com os agentes da comunidade interessados na educação e vice-versa. Também ressalta a importância de se atentar no planejamento das ações da escola, no currículo proposto, no diagnóstico da realidade concreta dos alunos da EJA, nas ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa, na atenção a gestão, na definição de indicadores de qualidade social e por fim na clareza quando ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola (BRASIL,2010).

É importante destacar a dificuldade que temos de terminar com exatidão (correto) o conceito de qualidade na modalidade de Jovens e Adultos- EJA. Diante disso Gadotti (2010, p.170) ressalta alguns pontos que permeiam qualidade da educação,

Há necessidade de se estabelecer padrões de qualidade do ensino do ensino-aprendizagem, há necessidade de mensuração da eficiência dos sistemas educativos, mas, para se chegar a resultados concretos em educação, um grande conjunto de indicadores de qualidade deve ser levado em conta: a qualidade tem fatores extraescolares e intraescolares; é preciso também considerar outros critérios subjetivos, sempre deixados de lado, mas que podem ser dimensionados intencionalmente.

As demandas existentes a respeito da formação de conhecimento promovidas pelas mudanças políticas, econômicas e sociais em curso, sem termos concretizado o direito à escolarização do ensino básico para a população. Isto explica a necessidade de ações de combate ao analfabetismo e a crescente demanda de jovens e adultos a escolarização. Desta forma a qualidade do ensino deve ser melhorada, ampliando a visão de mundo para esses alunos, mas também levando em consideração os seus conhecimentos do senso comum.

3 EJA EM HUMAITÁ: O QUE NOS MOSTRAM OS DADOS

Neste capítulo trazemos os dados de acesso e qualidade coletados do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em sinopses estatísticas da educação básica para os anos de 2017, 2018 e 2019. Os dados foram divididos em dados de acesso (número de matriculados, escolas e turmas) e dados de qualidade, (número de docentes e formação) da EJA no município de Humaitá-AM.

3.1 Acesso e permanência da Educação de Jovens e Adultos

Há muitos desafios a serem enfrentados para garantir o desenvolvimento e permanência escolar dos alunos na EJA. As propostas para esta modalidade de ensino necessitam serem traçadas e contextualizadas com o cotidiano desses sujeitos (NEVES E MARTINS, 2017, p. 4). A escola e os alunos enfrentam diversos desafios nessa área da educação (a EJA) e isso infelizmente não irá mudar, porém é possível que haja melhorias caso esta modalidade de ensino possa ser contextualizada e planejada de acordo com o cotidiano desses indivíduos, uma vez que estes estudantes são trabalhadores e por muitas vezes encontram-se cansados para estar dentro de uma sala de aula. Além disso, “consideramos que o aluno da EJA precisa do vínculo afetivo para estimular sua permanência na escola”(LAIBIDA E PRYJMA, 2013, p.15).

Entendemos que os jovens e adultos que ingressam ou retornam a uma sala de aula chega com uma carga de conhecimentos muito grande e que esses conhecimentos podem ser utilizados para que possam aprender os conteúdos a serem ensinados pelos professores em sala de aula. De acordo Gagno e Portela (2013) “A garantia de acesso e permanência com sucesso para estudantes de EJA deve ser o objetivo de toda a sociedade, e isso só será possível na medida em que as diferenças forem respeitadas”.

É necessário repensar a educação de jovens e adultos que está sendo ofertada, uma vez que é importante o respeito das diferenças (já que não somos idênticos fisicamente, mentalmente). O respeito pelo outro é importante para que possam aprender muito mais do que conteúdos, formas de leitura e escrita, pois só assim poderemos conviver com as pessoas que nos cercam, respeitando sua forma de pensar, suas ideias, suas ações.

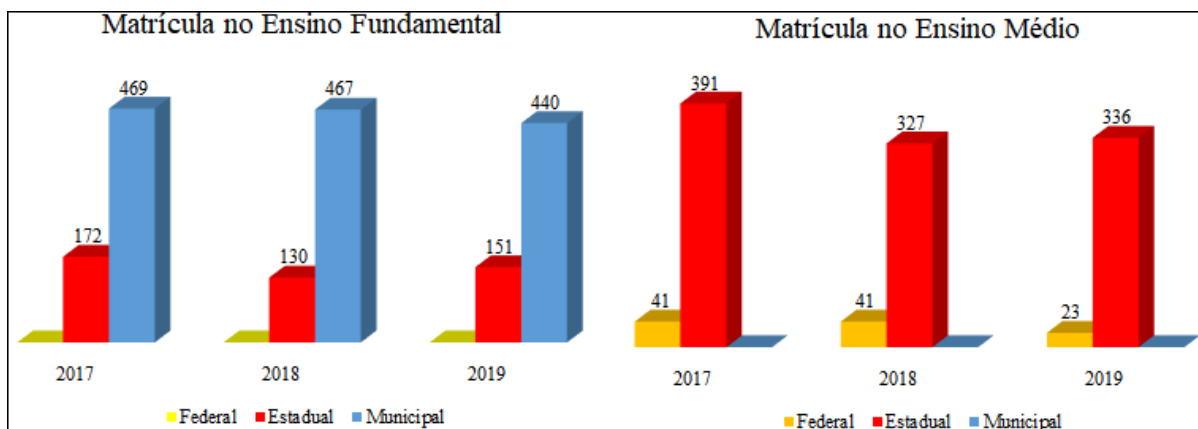
O Plano Estadual de Educação do Amazonas -PEE – AM 2015-2025, estabeleceu na meta 9: “Elevar para 93,5% a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade até 2015 e, até o final da vigência do PEE-AM, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (AMAZONAS, 2015). Essa meta

apresentou 30 estratégias as quais destacamos:

- 9.3 Implementar, em regime de colaboração ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.13 Promover o direito à educação de qualidade e implementar políticas públicas de EJA, realizando os investimentos necessários;
- 9.14 Ampliar a oferta de EJA para atender a diversidade dos educandos (AMAZONAS, 2015)

Os dados nos mostram que essas estratégias não estão sendo colocadas em prática, uma vez que percebemos uma redução no número de matrículas conforme nos mostra o gráfico 1.

Gráfico 1- Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por etapa de ensino e dependência administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019



Fonte: Site do Inep (2017 – 2019)

De acordo com o gráfico 1 observamos houve uma redução na matrícula na Educação de Jovens e Adultos no município de Humaitá no período de 2017 a 2019.

No ensino fundamental, na esfera estadual tivemos em 2017 um total de 172 matrículas, diminuindo para 130 em 2018 e aumentando novamente para 151 em 2019. Entre 2017 e 2019, tivemos uma defasagem de 12,2% no número de matrícula na rede estadual. Já a rede municipal teve em 2017 um total de 469 matrículas, reduzindo para 467 em 2018 e 440 em 2019. A redução de matrículas na rede municipal representou 6,2% entre 2017 e 2019.

A rede federal não teve matrícula na Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental. No ensino médio, rede federal teve em 2017 e 2018 um total de 41 matrículas, reduzindo para 23 matrículas em 2019, representando uma redução de 43,9%.

Na rede estadual teve em 2017 um total de 391 matrículas, reduzindo para 327 em 2018, aumentando um pouco em 2019 com 336 matrículas. A redução de matrícula entre

2017 e 2019 no ensino médio estadual foi de 14,1%.

Os dados do gráfico 1 nos mostram que a quantidade de matrícula na EJA no ensino fundamental está contida na rede municipal e no ensino médio está na rede estadual. Outra observação é que tanto no ensino fundamental como no ensino médio houve redução de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no período de 2017 a 2019, ocasionado pela evasão escolar. De acordo com o Inep⁵ aponta queda de 7,7% no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo no nível fundamental de 8,1% e no nível médio de 7,1%.

De acordo com Oliveira (2019, p. 70) afirma que a permanência do aluno no contexto escolar vem sendo caracterizada como sucesso ou fracasso durante o processo de aprendizagem e é um problema que vai além de dados quantitativos, mas implicada diretamente na vida do estudante que saiu da escola.

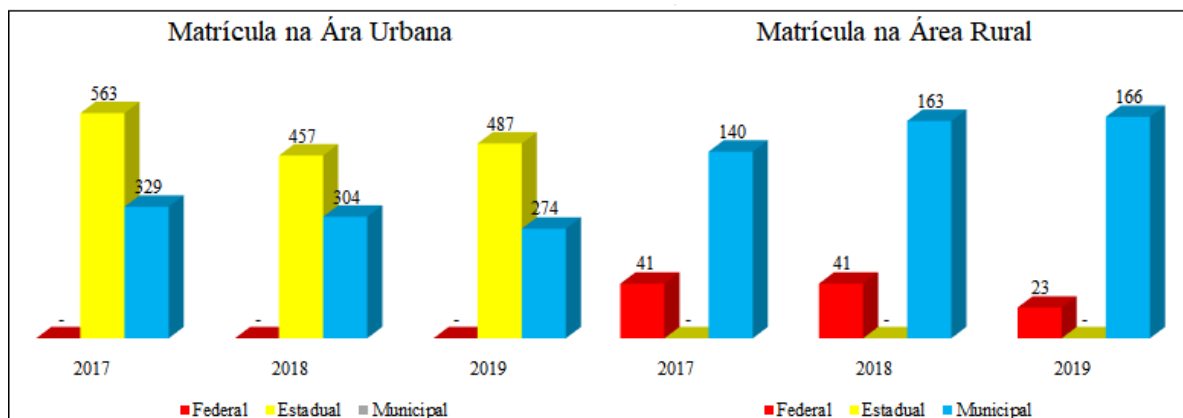
Essa evasão que ocorre frequentemente nas escolas é um tema que há muitos anos assombra o contexto educacional e que requer novas formas de combate para que se consiga evitar a evasão escolar, por isso os gestores públicos precisam adotar novas políticas educacionais para que assim consigam combater esse problema, que tem gerado muita dor de cabeça e que ganhou destaque nos dias atuais, por não haver até então formas de resolver essa problemática.

A evasão apresenta-se como uma deficiência do sistema educacional brasileiro a qual se faz necessário medidas para que possa evitar que cada vez mais esses estudantes deixem as escolas, abandone o estudo que pode lhe proporcionar maior conhecimento, entendimento sobre determinados temas que vivenciamos diariamente e futuramente conseguir um emprego melhor.

Procuramos analisar também os dados de matrículas na EJA, separando por área geográfica, Área Urbana e Área Rural, conforme podemos visualizar no gráfico 2.

⁵ Dados retirados do site: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9FY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206.

Gráfico 2 - Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Localização e Dependência Administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019



Fonte: Site do Inep (2017 – 2019)

Na área urbana, na rede estadual, o número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi de 563 no ano de 2017, de 457 no ano de 2018 e de 487 no ano de 2019, houve uma redução de 13,49% nas matrículas. Já na rede municipal o número de matrículas totais na área urbana foi de 329 no ano de 2017, de 304 no ano de 2018 e de 274 no ano de 2019, a redução foi de 16,71% nas matrículas. A rede federal na área urbana não registrou matrículas nesse período.

Na área rural, na rede federal, o número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi de 41 no ano de 2017, se manteve em 41 no ano de 2018 e contou com 23 no ano de 2019, a taxa de redução foi de 43,90% nas matrículas. A rede municipal teve um número total de 140 matrículas no ano de 2017, de 163 no ano de 2018 e de 166 no ano de 2019, houve um aumento de 18,57% nas matrículas. A rede estadual na área rural não teve matrículas de Educação para Jovens e Adultos nesse período.

Como já sabemos, nosso país a educação oferecida nos municípios é precária, pois não são desenvolvidos, o governo não investe na educação do município, se em Humaitá o ensino não é bom, na qual existe um número baixo de matrículas e um número elevado na evasão de alunos na EJA que não são muitos, na zona rural essas estatísticas são ainda mais preocupantes, pois quem mora na zona rural possui menos oportunidade de ser inserido em uma escola e no mercado de trabalho que lhe ofereça melhorias.

Sendo assim, quando esses jovens e adultos conseguem o acesso a escola, começam a surgir certos problemas, “entre entradas e saídas das escola por vários motivos [...] os alunos da EJA depois de peregrinarem por muitas escolas e saídas das escolas, em especial pela “estrada da vida” procuram concretizar um sonho, que é adquirir o diploma da Educação

Básica,ou pelo menos serem alfabetizados (NEVES et al,2019,p.3). Uma vez que essas pessoas estão inseridos como analfabetos com uma estatística que os excluem da sociedade, tendo em vista que no mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e que aqueles a qual possuem condições financeiras investem em sua educação, não é o que acontece com os jovens e adultos da área rural.

As últimas três décadas não foram suficientes para trazer a frente quase 500 anos de abandono e equívocos:as políticas públicas ainda reverberam o imaginário de campanhas de alfabetização em processos acelerados de escolarização;o financiamento dos diferentes segmentos e modalidade de educação é alvo de recursos diferenciados;as práticas pedagógicas e materiais didáticos ainda refletem uma concepção assistencialista e infantilizadas dos educando adultos. Os desafios de alfabetizar os brasileiros ainda pertencem a cerca de 14,2 milhões que são considerados analfabetos.Sob esse aspecto, diferenças regionais ainda é uma marca.Segundo dados do mapa do Analfabetismo no Brasil,as regiões mais pobres e periféricas são aquelas que concentram os maiores índices de nalfabetos.(PAULA, 2012,p.19).

Ressaltamos, que apesar da criação de alguns programas voltados para a tender a EJA com o objetivo de reduzir o número de analfabetos, as políticas públicas não conseguiram almejar, pois, durante o desenvolvimento desses projetos foram encontrados muito desafios que fizeram com que não obtivessem sucesso, uma vez que que não houve preocupação de fatono enfrentamento da diminuição do analfabetismo e compromisso com estes jovens e adultos para que houvesse a construção de um país que possua bem menos desigualdades sociais.

A partir dos dados estatísticos sobre a evasão de jovens e adultos nas áreas rural e urbana (no ensino fundamental e ensino médio) é interessante observarmos e analisarmos os debates de autores sobre quem são os responsáveis pela evasão desses alunos. Para Mourão;Borges (2016), o movimento de subordinação da Zona Rural à Zona Urbana é um movimento normal no sistema capitalista, de modo que as políticas, em sua maioria, são direcionadas á capital, em detrimento da população residente no interior.(FUKUI,1983,p.34) afirma que “o fenômeno da evasão, longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, reflete a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade.

A responsabilização no fracasso do aluno na escola tem como base a recepção e ação exercida sobre estes alunos, a qual fornece argumentos que nos faz acreditar que a causa do fracasso desses alunos é a escola e não o próprio aluno ou a família, pois as escolas não oferecem profissionais e metodologias pedagógicas adequadas para manter os alunos na escola, evitando assim a evasão. Com isso, percebemos que a evasão escolar deve ser

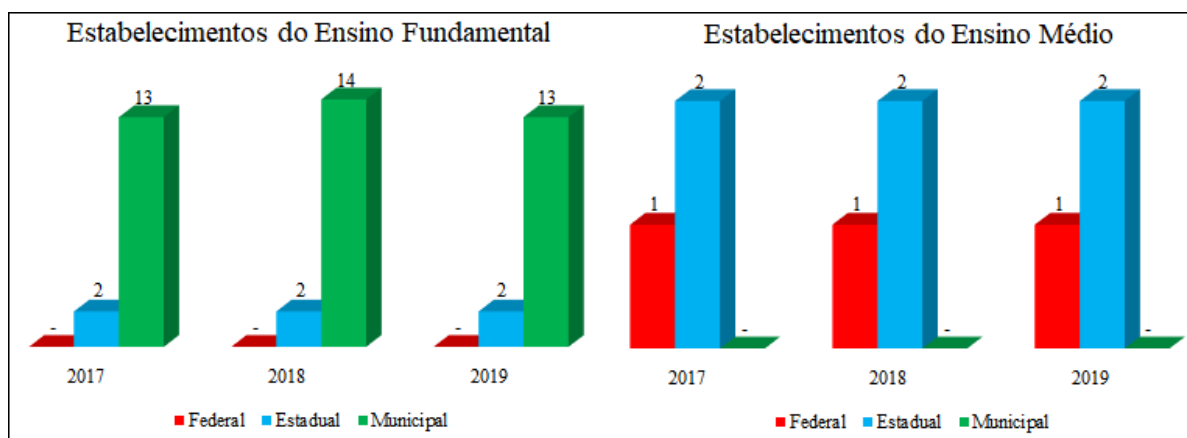
combatida com urgência, para isso a EJA precisa ser repensada e não tolerada para que assim possa ser evitada a saída desses alunos, fazendo com que estes alunos terminem os estudos e seja um trabalhador qualificado (com mais conhecimento e vontade de lutar por algo a mais).

Oliveira (2019, p.183) argumenta que “Os dados revelam que a realidade do estado do Amazonas das populações tradicionais (populações do campo, indígenas e quilombolas), no que tange ao acesso à escola, está indo na contramão do que foi projetado no Plano Estadual de Educação 2015-2025”. A estratégia 2.10: “Garantir, em regime de colaboração entre os entes federados, a oferta do Ensino Fundamental para as populações do campo, indígenas e quilombolas nas próprias comunidades (AMAZONAS, 2014, meta 02).

Spozati (2000) afirma que a primeira condição para garantia de vagas na educação básica é a provisão de instituição escolar. No gráfico 3 mostramos os dados de instituições escolares que atendem a Educação de Jovens e Adultos em Humaitá, durante o período de 2017 a 2019.

O gráfico 3 vem abordar os números de estabelecimento disponíveis por etapa de ensino para a educação de jovens e adultos no município de Humaitá-AM.

Gráfico 3 - Número de Estabelecimentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019.



Fonte: Site do Inep (2017 – 2019)

No ensino fundamental, na esfera estadual em 2017, 2018 e 2019 o número de estabelecimentos com EJA se manteve de apenas 2. E na esfera municipal o número foi de 13 em 2017 para 14 em 2018 e voltou para 13 em 2019, a rede municipal teve uma defasagem de 0,87% entre 2017 e 2019. A rede federal não possuía nenhum estabelecimento de Educação para Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental nesse período.

Já no ensino médio, na esfera federal o número de estabelecimentos totais nesse período se manteve o mesmo em 2017, 2018 e 2019 com apenas 1 estabelecimento. A rede estadual também se manteve assim nos anos de 2017, 2018 e 2019 com apenas 2 estabelecimentos. Nesse período de tempo a rede municipal do ensino médio não contava com nenhum estabelecimento EJA.

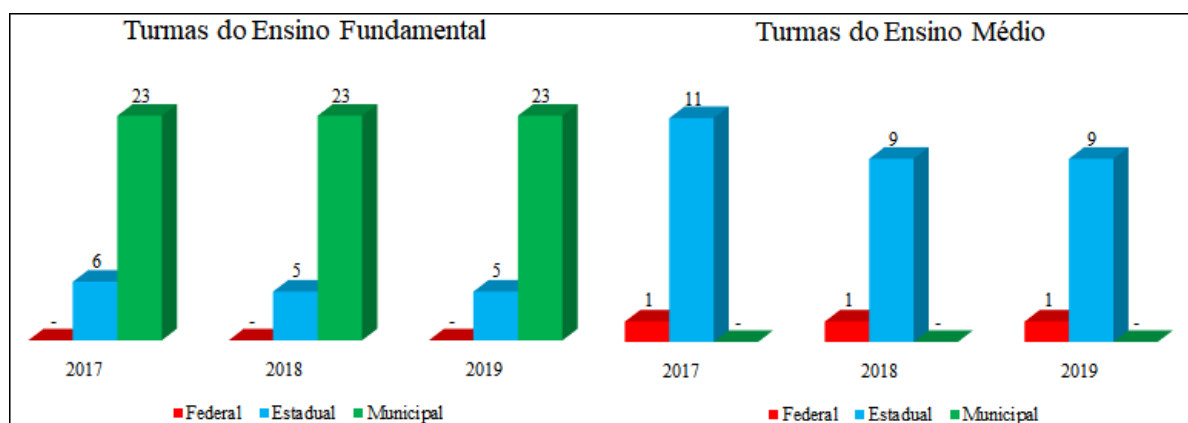
A construção de escolas públicas é a porta de entrada para o acesso à educação pública. Sem escolas, não tem matrículas. De acordo com Azevedo (1997, p. 59) afirma que:

(...) não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta pôr em ação. O cotidiano escolar, por tanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política – a uma policy – entendida aqui como um programa de ação

A autora destaca a necessidade de construção de escolas para que seja garantido o direito de acesso do estudante ao processo educacional. A Construção de escola deve ser materializada a partir do regime de colaboração efetuado com entes federados, seja o estado ou o governo federal.

Procuramos analisar também os dados dos estabelecimentos da EJA, separando por área geográfica, Área Urbana e Área Rural, conforme podemos visualizar no gráfico 4.

Gráfico 4- Número de Turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Humaitá-AM 2017-2019.



Fonte: Site do Inep (2017 – 2019)

No ensino fundamental, na esfera estadual o número de turmas de EJA em 2017 foi de 6, em 2018 de 5 e se manteve em 2019 com 5 turmas, a redução foi de 16,66% nas turmas do ensino fundamental nesse período.

Na rede municipal o número se manteve estável em 2017, 2018 e 2019 com 23 turmas de EJA. A rede federal não possuía nenhuma turma de EJA no ensino fundamental nesse período. Já no ensino médio, a rede federal manteve o número de turmas em 1 nos anos de 2017, 2018 e 2019.

A rede estadual contava com 11 turmas de EJA em 2017, com 9 turmas em 2018 e se manteve com 9 turmas em 2019, a taxa de redução nesse período na rede estadual foi de 18,18%. Nesse período a rede municipal não contava com nenhuma turma de EJA no ensino médio.

Observamos que a redução do número de turmas foi maior no ensino médio, isto é, etapa de ensino em que tem alunos mais velhos. Muitos têm família e se veem impedidos de continuar os estudos, acarretando na evasão escolar. É preciso que o Estado crie políticas públicas para atender, de forma específica essa população, para que tenham seus direitos constitucionais materializados.

De acordo Oliveira (2019, p. 202),

A educação, como direito social garantido constitucionalmente, há décadas sofre pelo problema do fracasso escolar, materializado pela reprovação e evasão, que amedronta as unidades escolares. O fracasso escolar, muitas vezes, é atribuído unicamente aos próprios estudantes, alegando falta de interesse destes pelos estudos. Contudo, é importante compreender que o aluno e a escola vivem diferentes relações sociais que se traduzem no fracasso e/ou sucesso escolar do estudante.

Fazendo parte da Educação Básica, a EJA também enfrenta vários problemas de ordem internas às escolas, como também fatores externos.

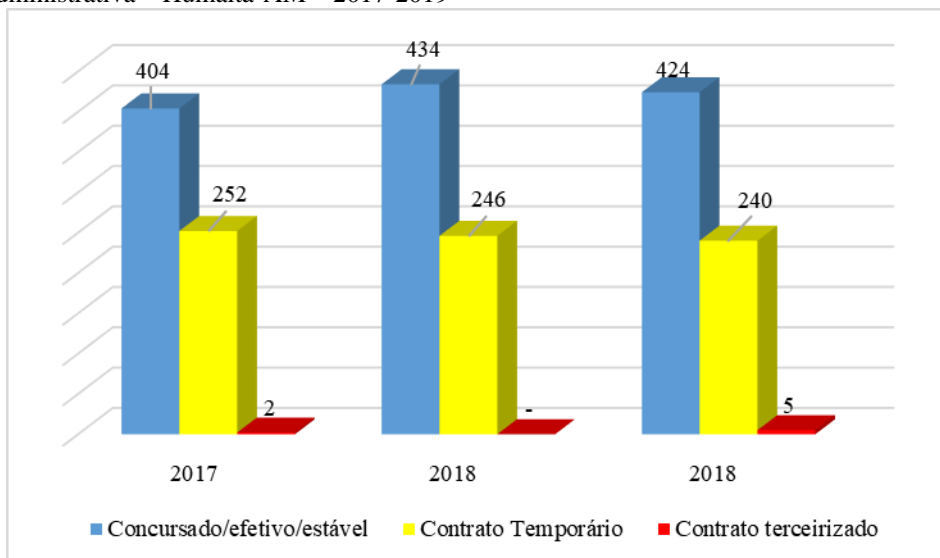
3.2 A Qualidade na Educação de Jovens e Adultos em Humaitá

A qualidade da educação é uma temática que vem sendo discutida há longos anos. O PEE-AM 2015-2025 estabeleceu a seguinte meta sobre a qualidade da educação no estado:

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o IDEB: 5,4 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 4,8 nos anos finais do Ensino Fundamental; 4,2 no Ensino Médio (AMAZONAS, 2015).

Ainda sobre a oferta de Educação Básica de qualidade para todos sempre foi complicado e desafiador para as políticas públicas e para os demais órgãos atuantes no campo da educação, principalmente, nas escolas públicas.

Gráfico 5- Número de Docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Humaitá-AM – 2017-2019



Fonte: Site do Inep (2017 – 2019)

De acordo com os dados do gráfico acima em 2017 o município de Humaitá contava com um total de 658, em todas as esferas de governo, docentes, dentre os quais 61,5% (404) eram efetivos e 38,3% (252) era de contrato terceirizado. Nesse ano o município teve dois professores com contrato terceirizado.

Em 2018, o número de docentes efetivos passou para 63,8% e os docentes com contratos temporários reduziu para 36,2%. Em 2019, o número de docentes efetivos foi de 63,4% e 35,9% eram de contratos temporários.

A LDB 9394/96, no art. 67, determinou que o ingresso no magistério público dar-se-á exclusivamente por concurso público. Contudo, os dados deixam evidente que o município no que tange à valorização docente para a efetivação de uma educação de qualidade, ainda precisa avançar.

A educação de jovens e adultos (EJA) é importante dentro da sociedade a qual pertencemos, uma vez que a cada dia se faz necessário irem em busca de novos conhecimentos, o que nos possibilita entender diversos fenômenos que nos são desconhecidos, além de compreender certas situações que vivenciamos todos os dias. A EJA assim como o ensino regular, enfrenta diversos desafios e visões que precisam ser confrontadas para se obter soluções.

É possível dizer que um dos maiores desafios da educação brasileira na atualidade é promover a melhoria da qualidade de ensino oferecido nas escolas públicas, ou seja, promover a garantia do direito, por mim entendida como garantia de acesso, permanência e sucesso (BARCELOS, 2014, p. 8).

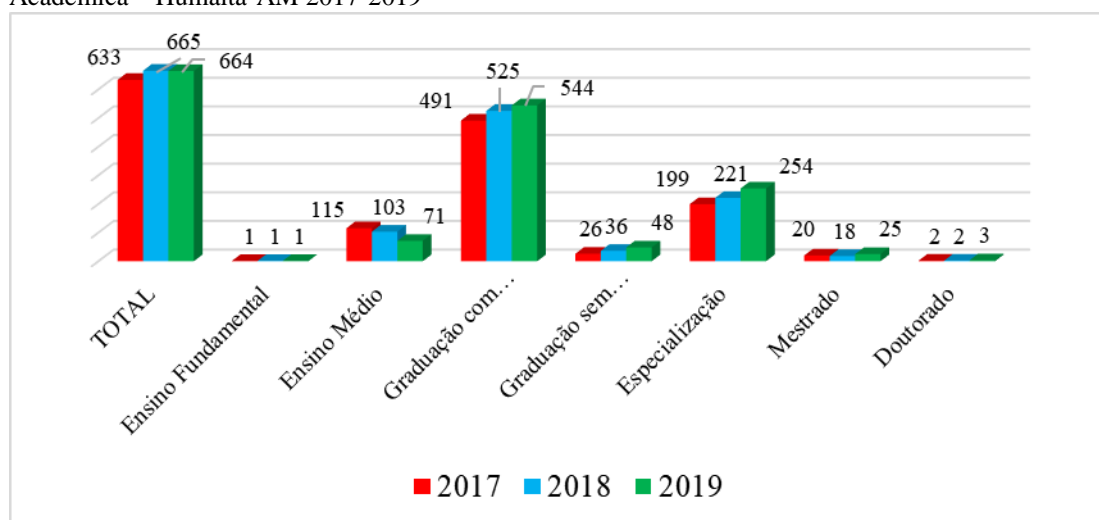
A educação de modo geral sofre há tempos com a falta de investimento, para que possam promover a qualidade desejada no ensino regular e EJA, a ser oferecido nas escolas públicas, conseguindo assim promover a garantia do direito de todos ao acesso a educação (uma educação de qualidade), permitindo a todos o acesso, permanência e sucesso (fazendo com que esse indivíduo consiga se sentir realizado profissionalmente e pessoalmente).

Para uma educação de qualidade é preciso compromisso, respeito com os indivíduos que se encontram dentro da sala de aula, que possam a construir e reconstruir as suas vidas a partir do momento em que decidem habitar a sala de aula. Além disso, é necessário melhor investimento na educação para que alunos consigam permanecer e aprender, e os professores possam ter melhores condições de trabalho para melhor planejar suas aulas, uma vez que precisam trabalhar em mais de um turno para que consigam uma renda razoável.

Com isso “a maioria das aulas não são planejadas por que não tem muito tempo e acabam jogando a disciplina sem muita objetividade e não conseguem atingir o interesse de seus alunos (BELEZA, 2019, p.35). E sem um bom planejamento, sem o interesse dos alunos, sem condições adequadas não haverá como ter uma educação que vise o aprendizado do aluno (conseguindo assim a participação desses alunos durante os diálogos em sala de aula, buscando despertar seus interesses).

Em relação aos docentes, buscamos identificar duas dimensões que, segundo Dourado (2007) são pontos que definem a qualidade da educação: a carreira e a formação docente. Em relação à carreira docente o gráfico 6 nos mostra esses dados.

Gráfico 6- Número de Docentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica – Humaitá-AM 2017-2019



Fonte: Site do Inep (2017 – 2019)

O gráfico 6 mostra que durante os anos de 2017, 2018 e 2019, o número de docentes com apenas o ensino fundamental manteve-se em apenas 1. Quanto ao número de docentes com ensino médio era de 115 em 2017, representando 18,2% do total de docentes. Em 2018, essa quantidade reduziu para 103 docentes (15,5%) e em 2019 tivemos um total de 71 docentes sem ensino médio. Observamos que entre os anos de 2017 a 2019 tivemos um percentual 61,7% de docentes que saíram da taxa de professores sem a formação adequada.

Outra questão que nos chamou atenção foi o número de docentes que, mesmo com formação em nível de graduação, não tem a formação em licenciatura. Em 2017, 4,1% mesmo com formação superior não tinha graduação em licenciatura. Esses dados foram reduzidos em 2019 que passou para 7,2%. O número de docentes mestres, passou de 20 em 2017 para 25 em 2019. E doutores de 2 em 2017 para 3 em 2019.

A LBD, no art. 62 determina que “a formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior”. (BRASIL, 1996). A formação de docentes em bacharelado dificulta a prática docente inviabilizando uma educação de qualidade.

Oliveira (2019, p. 178) defende a necessidade de

Formação, inicial e continuada densa, de modo a possibilitar a efetivação de um ensino de qualidade. Uma formação inicial que possibilite ao futuro profissional condições técnicas e científicas para melhor desenvolvimento de sua prática pedagógica. É imprescindível também a formação continuada, uma vez que possibilitará ao docente aprofundar seus conhecimentos, bem como atualizá-los, tendo em vista o acelerado avanço científico e tecnológico pelo qual perpassa nossa sociedade.

É importante fazer um a ressalva sobre a formação dos professores e como ela pode contribuir para a qualidade no ensino, pois:

O trabalho docente representa uma das variáveis, através da qual, poderemos identificar uma educação de qualidade, pois, dentre os vários aspectos que contribuem para essa efetivação, a qualidade dos professores, a partir da valorização do trabalho docente, é um dos fatores cruciais para a efetivação de um ensino de qualidade (OLIVEIRA, 2019. p.344)

Portanto deve-se valorizar o trabalho desses profissionais, reconhecendo os seus esforços e estratégias para obter um ótimo desempenho na sala de aula. Com isso garantido a formação continuada a todos os docentes e disponibilizando ferramentas tecnológicas que possam auxiliar melhorias no processo de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos refletir sobre os avanços e desafios de acesso, permanência e qualidade na Educação de Jovens e Adultos. Analisamos questões recorrentes na EJA, como os desafios que a escola e os discentes enfrentam para prosseguir no processo de ensino-aprendizagem, com ênfase nas formas de acesso e permanência oferecidos a estes jovens e adultos a qual existe a fragilidade no sistema de ensino, que influência muito em sala de aula, e ainda o desafio de oferecer uma educação de qualidade naEJA.

Ao analisar o acesso e permanência desses alunos na EJA, nos separamos com fatores recorrentes a qual poderiam ser encaradas com urgência, uma vez que as circunstâncias nos mostram a existência de falhas no currículo, na qualificação dos docentes da EJA que não passam pela formação continuada e as metodologias utilizadas no ensino em sala de aula para desenvolver as atividades com os jovens e adultos.

Diante dos resultados obtidos com a análise bibliográfica identificamos que na EJA existe a falta de contextualização daquilo que o currículo apresenta com o cotidiano dos alunos. As metodologias adotadas no ensino dos conteúdos não surtem efeito para muitos alunos, pois não contribui de forma significativa, fazendo com que possam ter uma aula agradável e motivadora para que então diminua a evasão desses alunos.

Os gráficos apresentados nesta pesquisa, evidenciam que é necessário a realização de mudanças no currículo destinado a Educação de Jovens e Adultos, mudanças na qualificação profissional dos professores afim de oferecer uma educação que respeite e se comprometa com esses discentes, além de políticas públicas que possam diminuir as dificuldades que a escola enfrenta para a oferta do ensino dentro da sala de aula, e diminuir as dificuldades que os alunos enfrentam no dia a dia, levando-os a escolher entre o estudo ou o trabalho.

Deste modo, mostramos através dos gráficos que de 2017 a 2019 houve queda no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, com redução significativa tanto nas escolas estaduais quanto nas escolas municipais (da área urbana e rural), o que nos leva a refletir que sem a realização das mudanças necessárias na EJA, a evasão que ocorre frequentemente nessas escolas poderá continuar assombrando por muito mais tempo, uma vez que a evasão escolar é uma deficiência do sistema educacional brasileiro.

Os avanços que a Educação de Jovens e Adultos-EJA teve é de grande importância, mesmo hoje ainda não sendo um ensino de qualidade, podemos afirmar que o ensino que era dado nos primórdios mudaram e antes o que era apenas programas se tornou uma modalidade ensino e garantidas na constituição Federal, mesmo não sendo pensada totalmente no contexto

cultural desses alunos (pais e trabalhadores).

Sabemos que a pesquisa realizada de forma bibliográfica pode deixar de apresentar alguns pontos importantes como as falas dos professores em uma entrevista o que poderia nos ajudar a entender melhor o que exatamente precisa ser modificado na metodologia usada em sala de aula e a formação necessária para desempenhar um ensino significativo aos jovens e adultos, entre tanto, como pesquisas são realizadas frequentemente a pesquisa bibliográfica nos dá as respostas necessárias sobre o ensino presente no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. *Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.
- ARRUDA, Angela Cristina Souza. *O Mobral e a Educação de Jovens e Adultos: Um Apresentação Ideológica da Ditadura Militar*. Salvador, 2018.
- AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. *Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”*- 2013. Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2.
- AZEVEDO, J. M. L. DE. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BARCELOS, Luciana Bandeira. *O que é Qualidade na Educação de Jovens e Adultos?* Rio de Janeiro, 2014.
- BELEZA, Jandelane Oliveira. *Perfil dos professores que atuam na EJA no Município de Humaitá- AM: Um olhar sobre a Formação*. Humaitá, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de Junho de 2005. *Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de Junho de 2005
- BRASIL, ProJovem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm- Acesso em: 15 de out.2020.
- BRASIL. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. *Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB*. União, Brasília, DF, 20 de Junho de 2007.
- BRASIL. Decreto 6094, de 20 de abril de 2007 - *Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm Acesso em 10/nov/2020
- BRASIL. Decreto nº 91.980, de 25 de Novembro de 1985. *Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL altera sua denominação e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 NOV. 1985.
- BRASIL. Lei nº 19.513, de 25 de Agosto de 1945. *Dá nova redação aos artigos 4º e 5º do Decreto nº 19.513, de 25 de Agosto de 1945*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de Ago. de 1945.
- BRASIL. Lei nº 8.029, DE 12 de Abril de 1990. *Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 1990.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007*, Rio de Janeiro, 2009

BRASIL. Resolução n.º 4, de 13 de Julho de 2010. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=15074&option=com_content&view=article Acesso em 10/Nov/2020.

CABRAL. Carine Grazielle da Luz. *Evasão Escolar: o que a escola tem a ver com isso?*. Santa Catarina.2016)

CAMPOS,E.L.F;OLIVEIRA,D.A.A.*Infrequência dos alunos adultos trabalhadores , em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais*.2003.Dissertação (Mestrado em Educação).Faculdade de Educação,Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2003.

FERRAZ DE MELLO SAUNER, Nelita. *Alfabetização de Adultos*, Rio de Janeiro, 2009.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. *O Currículo na Educação de Jovens e Adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC/MG, 2004 (Dissertação de Mestrado em Educação).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 1977.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. *Uma História de vida*. 1ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUKUI (um BRANDÃO, Zaia et Al).*O Estado da Arte da Pesquisa e Repetência no Ensino de 1º grau no Brasil*. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1983.

GADOTTI, M. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire,2010.

GAGNO,Roberta Ravaglio e PORTELA,Mariliza Simonete. *Gestão e Organização da Educação de Jovens e Adultos: Perspectiva de Prática Discente*.São Paulo, 2013.

GIL,Antônio Carlos.*Como elaborar projetos de pesquisas*.5.ed.São Paulo:Atlas,2010.

GONSALVES. Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação a pesquisa científica*. 4º.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, (2007).

IRELAND, Timothy. Revista Nova Escola, Ed. 223, junho/2009.

INEP-Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estaticas-da-educacao-basica> . Acesso: 4 de nov de 2020.

INEP-Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9FY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206.

LAIBIDA, Vera Lúcia Bortoletto e PRYJMA, Marielda Ferreira. *Evasão na Educação de Jovens e Adultos*. Paraná: 2013.

LEMME, Paschoal, *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional Brasileira*. Rio de Janeiro, 1984.

MARQUES, Poliane de Oliveira. *História Da Educação De Jovens e Adultos (EJA) No Brasil: breves reflexões*. 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa 2018. Disponível: <http://repositorio.ufpb.br>. Acesso em 23 de set. 2020.

MARQUES, Bárbara Charlois; RUBIO, Jiliana de Alcântara Silveira. *O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos*. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 3 – nº 1. Marília, São Paulo. 2012

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbetes Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 15 de out. 2020.

MINAYO. M. C. S. (org). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Mobral: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>-Acesso: 14 de out .2020

MOTA, Rosângela da Silva. *Aprendizagem do Adulto e Correspondentes Metodologias*. Trabalho de conclusão de curso (especialização em Educação de Jovens e Adultos). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

NASCIMENTO. Sandra Mara do. *Eja-Educação de Jovens e Adultos, na visão de Paulo Freire*, 2013. 53 folhas. Monográfica (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paranavaí, 2013.

NEVES, Cristovão da Silva et Al. *Educação de Jovens e Adultos do Campo no Contexto Amazônico-reflexão sobre o desafio do respeito ao direitos educacionais brasileiros*. Humaitá, 2019.

NEVES, Karen Larissa de Souza e MARTINS, Kézia Sumélia Barbosa S. *Evasão e Permanência dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto Escolar de Parintins-Amazonas: Desafios e Perspectivas*. 2017

PAULA, Cláudia Regina. *Educação de Jovens e Adultos ao Longo da Vida*. - Curitiba: Inter saberes, 2012.

OLIVEIRA, A. M. G. *O Projeto de Educação em Tempo Integral no estado do Amazonas e o direito à educação*. Tese de Doutorado. Campinas, SP. 2019.

RIBAS, Mariele Stiegle e TEODORA, Romilda. *Políticas Educacionais e o Acesso e Permanência na Educação de Jovens e Adultos*. PUCPR Agência Financiadora: CAPES. 2012

RUIZ, J. A. *Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 2006.

STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 271-272. Também em RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). *Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*. São Paulo/Brasília, 1997

STRELHOW, T. B. *Breve História Sobre a Educação De Jovens e Adultos No Brasil*. In Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível: <http://reserchgate.net/> - Acesso em: 23 de set.2020.